

Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires: uma contextualização acerca das *geo-grafias* negras da cidade (século XIX)

Beatriz Pereira Silva¹

RESUMO

Considerada a *Paris* da América do Sul, a cidade de Buenos Aires foi idealizada segundo um planejamento urbano europeu do século XIX e se caracteriza, ainda hoje, como sendo a grande metrópole latino-americana da *Belle Époque* argentina. O ideário construído acerca dessa cidade é branco e hegemônico, há o predomínio de hábitos e costumes europeus e a circulação majoritária de sujeitos/as de ascendência europeia no espaço urbano. O presente artigo busca contextualizar o/a leitor/a sobre as geo-grafias negras da cidade de Buenos Aires no século XIX, analisar a presença da população negra na cidade portenha e localizar os antigos bairros negros, situados no "Casco Histórico". Objetivamos também refletir sobre a estruturação das sociedades latino-americanas por negros/os trazidos/as forçosamente de Áfricas para as Américas o que inclui a ressignificação do termo América Latina. Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessário realizar um levantamento bibliográfico de autores/as que abordam a temática racial na Argentina, bem como análise de dados e informações da distribuição geográfica da população negra e das transformações espaciais da cidade. Através dessa pesquisa, foi possível elaborar um mapa com a localização dos antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires e refletir sobre os processos de apagamento de memória(s) e história(s) da população negra.

Palavras-chave: Buenos Aires; geo-grafias negras; antigos bairros negros; população negra; América Afro Latina.

Black Buenos Aires, Buenos Aires Black: contextualization about the black geo-graphies of the city (19th century)

ABSTRACT

Being considered the "Paris City of South America", the city of Buenos Aires was idealized according to an European urban planning of the 19th century and is characterized, still today, as the greatest Latin-American metropolis of the Argentinian Belle Époque. The ideological setting built around this city is white and hegemonic, there is the predominance of European habits and customs and the major circulation of subjects with an European cultural background in the urban space. The present paper seeks to contextualize the reader about the black geo-graphies of the city of Buenos Aires in the 19th century, analyse the presence of some black population in the "porteña" city and locate the former black neighbourhoods, situated in the "Historical Hull". Besides, we aim to reflect about the structuration of the latin-american societies by black peoples, forcibly brought from Africas to the Americas, which includes the redefinition of the term Latin-America. For the development of this work, it was necessary to search for authors who approach the racial issue in Argentina, as well as to analyse the data and information of the geographic distribution of the black population and the spatial transformations of the city. Through this research, it was possible to elaborate a map with the location of former black neighbourhoods in the city of Buenos Aires and reflect about the process of erasure of the memory(ies) and history(ies) of the black population.

Keywords: Buenos Aires; black geo-graphies; former black neighbourhoods; black population; Afro-Latin-America.

¹ Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da mesma Instituição (PPGH-USP). Membro do Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (NEPEN- GEOUSP) e educadora no Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Rede Pública Municipal de São Paulo. Email: pre.beatriz@yahoo.com.br

Introdução

Ao observarmos a geografia da cidade de Buenos Aires atualmente, percebemos a escassa presença negra em seu espaço e traçado urbano; mas nem sempre foi assim. Entre os séculos XVIII e XIX, a cidade portenha registrou uma significativa e importante presença de africanos/as e de seus descendentes em seu cotidiano e paisagem.

Historicamente expropriado e marginalizado, esse grupo social foi sendo, gradativamente, invisibilizado e apagado dos registros históricos oficiais, assim como suas geo-grafias (GUIMARÃES, 2020)². Entretanto, trabalhos como o de George Reid Andrews (1989), Daniel Schávelzon (2003) e Lea Geler (2010) relatam a presença negra e a existência de antigos bairros negros na cidade de Buenos Aires, o que evidencia a participação e as relações estabelecidas por essa população nas sociedades setecentistas e oitocentistas.

No entanto, as transformações sociais e o processo de modernização urbana de Buenos Aires, iniciados a partir da segunda metade do século XIX, vislumbraram o distanciamento daquela dita *cidade colonial* para aproximação de uma cidade moderna, o que elucidou um ideário civilizatório europeu e o silenciamento histórico e geográfico de negros/as e indígenas.

Desse modo, o presente artigo visa desenvolver uma análise sobre a presença e as territorialidades de africanos/as e de seus descendentes na cidade de Buenos Aires, análise que entrelaçada aos conceitos e categorias geográficas, revela o racismo estrutural³ da sociedade argentina.

Nosso estudo está restrito ao século XIX, entretanto é importante destacar que a chegada de negros e negras a Buenos Aires ocorreu a partir do século XVII, como nos evidencia Schávelzon (2003):

entre 1606 e 1625 foram registrados como ingressados na cidade 12.778 escravos dos quais 11.262 eram de contrabando! Apenas 10% havia chegado legalmente; a isso devemos somar outros 8.932 confiscados e 1.228 descarregados sem permissão no porto, fazendo com que os legais baixem para menos de 5% (p. 72, tradução nossa).

Compreendemos que há uma pluralidade na ocupação e apropriação do espaço pelo(s) corpo(s) negro(s) diaspórico(s). Assim, pensar em *geo-grafias negras* considera a multiplicidade de grafias que envolvem a dimensão espaço-corporal. Trata-se, portanto, de uma análise plural e holística para entender as práticas dos/as sujeitos/as negros/as no espaço, dado que acreditamos em *grafias negras* plurais. Sobre isso, Guimarães (2015) assinala que:

² As geo-grafias são marcas e traçados materiais e imateriais que são grafados no espaço por uma comunidade, grupo social ou população, conforme Guimarães (2020) a construção de geo-grafias negras seria "(...) a leitura das grafias ou marcas (Geografias Negras) que são deixadas nas sociedades no tempo-espaço (...)" (p. 302).

³ Compreendemos por racismo estrutural um conjunto de práticas institucionais, ações, pensamentos e falas que estão inseridas em nossas relações cotidianas e que promove, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Ele transpassa nossas vidas e é base constituinte da sociedade, portanto, é estrutural.

do pouco conhecimento e/ou desconhecimento de origens, inter-relações culturais e históricas negras, além da percepção de uma diversidade entre grupos negros, é que se torna necessário se debruçar sobre questões que até então foram pesquisadas majoritariamente por meio de uma percepção de fora para dentro, ou seja, pela perspectiva do “outro”, da alteridade do branco, **e trazê-la para uma abordagem a partir do negro, de dentro pra fora** (p. 21, grifo nosso).

Assim como Lemos (2018), “buscamos alternativas para conhecer e superar o colonialismo eurocêntrico” (p. 117). Pleiteamos, portanto, uma ciência Geografia que contemple a espacialização das relações sociais e étnico-raciais da população negra diaspórica, através do conceito de geografias negras, empregado nesse artigo, que abarcam as relações e trajetórias (coletivas e individuais) de sujeitas/os negras/os. Importante destacarmos que, para além das marcas históricas espaciais – essas são as grafias -, entendemos como geo-grafias as “(...) as variadas possibilidades de leituras de mundo proporcionadas pela interdisciplinaridade da Geografia com outras áreas do conhecimento e utilizando as mais diversas linguagens” (GUIMARÃES, 2020, p. 304).

Nesse sentido, buscamos uma abordagem geográfica enegrecida, que privilegia “uma metodologia de estudos que incorporam análises do negro a partir do próprio negro (desde dentro)”⁴ (GUIMARÃES, 2015, p. 13). Assim, estamos de acordo com Guimarães (2015) que sugere uma abordagem “afroepistemológica”, que significa o “enegrecimento das ideias preestabelecidas de forma eurocentrada e brancocentrada e, ao mesmo tempo, a promoção de uma valorização de um cabedal teórico-conceitual concebido por concepções negras” (p. 23).

Portanto, utilizamos estruturas teóricas e conceituais da academia, inserindo-as numa análise das relações étnico-raciais que partem do olhar da pesquisadora, perspectiva que valoriza a pluralidade dos saberes.

Construindo caminhos: por um pensamento geográfico enegrecido e contra hegemônico

Compreendemos que o mundo globalizado, ao nos conectar com outras partes do planeta, acelera as formas de compartilhamento e do “fazer pesquisa”, assim como as trocas de conhecimento e, dessa forma, nos permite ampliar nossos horizontes intelectuais, além de nos possibilitar questionar pensamentos que, outrora, foram considerados incontestáveis.

⁴ A autora segue sua análise nos dizendo: “entendemos que a relação entre método, metodologia e objeto de estudo pode ser compreendida por todas as escolhas de trajetórias que foram sistematizadas e pensadas no intuito de percorrer um caminho coerente dentro de uma perspectiva desde dentro e de escrituras enegrecidas” (GUIMARÃES, 2015, p. 27).

Nesse sentido, nosso intento é o de promover o diálogo, a liberdade e a diversidade cultural dentro da academia e incentivar uma abertura intelectual que acolha a divergência e a construção coletiva do conhecimento (HOOKS, 2017). Segundo a escritora e professora universitária estadunidense bell hooks (2017):

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará muito claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade (p. 45).

Portanto, consentir a diversidade cultural na universidade inclui, sobretudo, o movimento de repensar os métodos de conhecimento e de indagar as cristalizadas epistemologias que correspondem a um ideário eurocêntrico, hegemônico e também masculino, dado que “o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

Nossa proposta não é a de impor um “novo pensamento”, mas garantir a pluralidade dos saberes e produzir um *conhecimento-estratégia*⁵ para a humanização do nosso corpo, que carrega nossa mente e, igualmente, compreende as decisões das relações de poder. Portanto, nossa corporeidade é objeto de combate e de disputa, mas também é o lugar da libertação. Para isso, é preciso construir, de forma coletiva, diferentes epistemologias que deem voz aos/às intelectuais invisibilizados/as (BENEDETTI, 2019; QUIJANO, 2010).

Deste modo, nosso desafio é ampliar esse olhar contra hegemônico⁶, para descolonizar os estudos geográficos, partindo de nossas experiências e novos referenciais que têm contribuído aos debates produzidos pelas críticas da modernidade à herança colonial (MENESES, 2008). Isso significa dialogar com diferentes saberes para além daquele imposto na academia.

Portanto, acreditamos numa Ciência Geográfica transformadora e estratégica. Milton Santos (2000) assinala que:

O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto. **Se tal conceituação não é abrangente de todas as formas de relação da sociedade com seu meio, as intervenções serão apenas parciais ou funcionais, e sua eficácia será limitada no tempo** (p. 103, grifo nosso).

⁵ Conhecimento-estratégia é a valorização e ressignificação das epistemologias plurais que representam os grupos historicamente oprimidos como a população afrodiáspórica, indígena, andina, dentre outras (BENEDETTI, 2019; QUIJANO, 2010).

⁶ Compreendemos como contra hegemonia o(s) movimento(s) de resistência(s) de sujeitas/os historicamente subalternizadas/os que “passa por uma revisão crítica de conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna, como sejam história, cultura ou conhecimento, a partir de uma perspectiva e condição de subalternidade” (MENESES, 2008, p. 6). Vale destacar que o pensamento moderno é uma construção/imposição branca e europeia, isto é, brancocentrada que desconsidera as distintas formas de conhecimentos e saberes.

Buscamos uma Geografia que nos permita dialogar com os conhecimentos plurais e que se importe em compreender as relações sociais, políticas, espaciais e culturais em sua totalidade. Além disso, uma Geografia enegrecida, que compreende as distintas *grafias* do corpo negro em diásporas e as relações étnico-raciais das sociedades latino-americanas.

América: por que latina?

O conceito de América Latina é uma construção ideológica carregada de violência simbólica e de valorização do processo colonizador europeu. A adjetivação *latina* corresponde à porção da América dominada por portugueses, espanhóis e franceses (países de tronco linguístico latino), que se diferencia da região norte do continente, colonizada pelos britânicos. Essa distinção é, portanto, resultado da rivalidade histórica entre as coroas francesa e inglesa.

Para Walter D. Mignolo (2007), a ideia subsistente de América Latina é uma criação do projeto expansionista europeu, uma perspectiva da modernidade que passa pela colonialidade e cria a história do mundo segundo uma visão eurocêntrica, para a qual:

as sociedades sem escrita alfabética ou as que se expressavam em línguas que não fossem as seis línguas imperiais da Europa moderna não tinham história. De acordo com esse marco de pensamento, a história é um privilégio da modernidade europeia, e para ter uma história há que deixar colonizar-se, isto é, deixar dominar voluntariamente ou não, por uma perspectiva da história, da vida, do conhecimento, da economia, da subjetividade, da família ou da religião moldada pela história da Europa moderna que foi adotada como modelo oficial, com leves modificações, pelos Estados Unidos (MIGNOLO, 2007, p. 17, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a América Latina passa a existir somente quando é incorporada à economia mundial desenvolvida pelo Ocidente, desconsiderando-se, dessa forma, dos povos originários dessas terras e dos povos diaspóricos os saberes, conhecimentos, culturas, línguas, hábitos, religiões, enfim: suas Histórias; pois acreditava-se que “a Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu, a Não-Europa é objeto de conhecimento” (QUIJANO, 2010, p. 99). Portanto, a ideia de América Latina está associada ao surgimento do Ocidente e da conformação da ordem mundial moderna com a invenção do modelo exploratório metrópole/colônia (MIGNOLO, 2007).

Quijano (2010), ao analisar essa relação colonial/moderna entre Europa e América Latina, propõe a reflexão acerca da ideia de “colonialidade do poder” que, diferente do colonialismo⁷, refere-se a

⁷ Para Quijano (2010): “Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é,

estrutura de dominação/exploração e implica relações racistas de poder (QUIJANO, 2010).

Conforme o autor:

Com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico - que depois se identificarão como Europa - e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder até hoje (QUIJANO, 2010, pp. 73-74).

Dada essas condições, é importante ressaltar que, nessa perspectiva colonial, a América Latina foi um grande laboratório europeu, pois a colonialidade da classificação social universal do capitalismo começou na América e foi mundialmente imposta, à medida que “a população de todo o mundo foi classificada, antes de mais nada em identidades raciais e dividida entre os dominantes/superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus’” (QUIJANO, 2010, p. 107). Dessa forma, podemos inferir que dessa relação assimétrica, exploratória e racista, constitui-se a(s) América(s) [Latina].

Portanto, é necessário compreendermos a constituição desse passado histórico comum como resultado do processo colonizador dos países latino-americanos, o qual configura uma unidade histórica específica que os aproxima e os correlaciona. Entretanto, a existência dessa unidade não representa a homogeneidade estrutural dessa região, pois as formações socioespaciais latino-americanas, assim como suas próprias constituições internas, estão vinculadas à integração de cada sociedade ao mercado mundial durante e pós-período colonial. Essa inserção, por conseguinte, refere-se à particular estruturação dos países latino-americanos, como veremos especificamente no caso argentino.

Tendo em vista essa construção de América Latina, destacamos nossa proposta de re-pensar e re-significar essa ideia materializada. Nosso intuito não é o de depreciar nem findar esse conceito, mas de contribuir, de forma crítica, para essa discussão, pois ao compreendermos que não somente europeus construíram e estruturaram as sociedades latino-americanas, possibilitamos a ampliação desse conceito expressamente vinculado à latinidade dos países europeus. Portanto, por que não pensamos caminhos diversos para a definição dessa região geográfica do continente americano?

obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado (p. 73).

Sobre essa problematização, Lélia Gonzalez (1988), ao enfatizar as relações raciais em Américas, propõe a categoria *América*, com enfoque na formação histórico-cultural das sociedades *amefricanas* e, atrelada aos povos originários e as/os africanas/os em diásporas:

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de **permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos. inspirados em modelos africanos.** Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja, o *racismo* [...] (GONZALEZ, 1988, p. 77, **grifo nosso**).

Dessa forma, a ideia de amefricanidade surge como possibilidade de re-significar as Américas ao compreender as relações raciais do continente e as ações desses corpos negros transatlânticos e indígenas na estruturação dessas sociedades. Sobre esse ponto, é importante ressaltar que, diferente da concepção que vincula esses povos a ideia de “contribuição” a cultura e a composição social, tanto africanos/as quanto indígenas, mesmo que em condições subalternizadas, foram sujeitos/as ativos/as nas formações socioespaciais latino-americanas e formam parte das estruturas dessas sociedades.

Posto isso e partindo de uma perspectiva enegrecida, empregamos em nossa análise a ideia de América Afro Latina ou América Latina Negra. Importante destacar que consideramos as leituras e interpretações polissêmicas de Américas, entretanto, optamos por trabalhar com essa definição, pois se relaciona à (r)existência negra na cidade de Buenos Aires, ademais de acreditarmos que:

A transformação decolonial é imprescindível se vamos deixar de pensar na modernidade como um objeto para vê-la como uma construção europeia da história a favor dos interesses da Europa. O diálogo só se iniciará quando a modernidade seja decolonizada e despojada da sua mítica marcha até o futuro. Eu não defendo nem os despotismos do Oriente nem os do Ocidente; quero dar a entender que o diálogo se iniciará quando deixe de se impor o monólogo de uma única civilização, a ocidental (MIGNOLO, 2007, p. 24, tradução nossa).

Assim, ao compreendermos que a ideia de América Latina é uma construção europeia da história, nos dedicamos a pensar, de forma crítica e audaz, em uma América Afro Latina, concepção que localiza geograficamente uma região em Américas, consequência das diásporas africanas⁸, e

⁸ O conceito de Diásporas Africanas não se refere apenas a um deslocamento físico, compreende também uma concepção de mundo onde há desterritorializações que modificam e ampliam a própria noção de afastamento geográfico, pois possuem ligação com um tipo de consciência diaspórica, isto é, representa “ser e estar” no mundo que transcende fronteiras materiais, por se tratar de questões simbólicas que envolvem uma consciência cultural que desconstrói modelos fixos de identidade cultural (HALL, 2003). Segundo Sheila S. Walker (2012), “la palabra diáspora, que quiere decir “sembrar a través”, hace alusión al proceso por el cual estos

representa a conformação de sociedades multirraciais fundamentadas na experiência histórica transatlântica.

Portanto, pensar uma América Afro Latina exige uma reflexão acerca das geo-grafias negras presentes nos países dessa região, o que, conseqüentemente, inclui a Argentina e, em nosso caso específico, a cidade de Buenos Aires.

Formação socioespacial: uma abordagem racial

Para analisar a presença negra-diaspórica na cidade de Buenos Aires é fundamental compreendermos em que circunstância se deu essa migração forçada, que pode ser apreendida pela categoria *Formação Econômica Social* (FES) de Karl Marx (2008). Segundo esse autor, a FES compreende as “relações de produção [e] constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política [...]” (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, a colonização da América do Sul, mais particularmente da Argentina, se insere na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)⁹ na condição de fornecedora de matéria-prima. Assim, o uso do espaço geográfico argentino exige a sua organização política, social, econômica e cultural, para atender à demanda da produção de mercadorias da metrópole espanhola.

Immanuel Maurice Wallerstein (2005) entende o mundo como um *sistema* em que há relações de interdependência econômica das partes (a FES) que formam o todo (mundo), assim “a emergência da análise de sistemas-mundo está imbricada na história do sistema-mundo moderno e das estruturas do saber que se desenvolveram como parte desse sistema” (WALLERSTEIN, 2005, p. 13, tradução nossa). Segundo o autor:

O mundo em que vivemos, o sistema-mundo moderno, teve suas origens no século XVI. Esse sistema-mundo estava, então, localizado somente em uma parte do globo, principalmente em partes da Europa e da América. Com o tempo, expandiu-se até abarcar todo o mundo. É e tem sido sempre uma economia-mundo. É e tem sido sempre uma economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2005, p. 40, tradução nossa).

Nessa perspectiva do pensamento Ocidental, a DIT impulsiona o surgimento do sistema-mundo, zona geográfica com um intercâmbio de matérias-primas e fluxos de capital¹⁰ e trabalho. Dentro

africanos, brutalmente desarraigados de todo lo que conocían, echaron nuevas raíces, produciendo nuevos frutos en las tierras donde se encontraron. En todas las américas estos sobrevivientes, migrantes involuntarios, después de un trauma tan enorme, tuvieron que empezar inmediatamente, en una situación de opresión inimaginable, a inventar nuevas identidades y crear nuevas culturas. Las fundamentaron en los saberes que trajeron de África en sinergia con lo que encontraron en su nueva tierra, creaciones que marcaron con su originalidad las sociedades de todas las Américas (p. 12).

⁹A Divisão Internacional do Trabalho representa a divisão produtiva do espaço mundial segundo a qual cada fragmento/país está designado a determinada função e/ou produção.

¹⁰ Isso inclui o fluxo humano de pessoas escravizadas que se constituiu na base da economia colonial nas Américas.

desse sistema, existem unidades políticas vinculadas entre si, unidas por uma estrutura produtiva (WALLERSTEIN, 2005).

Quijano (2010, p. 82), em contrapartida, compreende que a ideia de *totalidade* corresponde a um paradigma histórico-social eurocêntrico que consiste na “articulação de elementos heterogêneos descontínuos e conflituosos numa estrutura comum, num determinado campo de relações” que requer relações e determinações e declara:

O eurocentrismo levou virtualmente todo mundo a admitir que numa totalidade o todo tem absoluta primazia determinante sobre todas e cada uma das partes e que, portanto, há uma e só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e de cada uma das partes. As possíveis variantes do movimento de cada parte são secundárias, sem efeito sobre o todo e reconhecidas como particularidades de uma regra ou lógica geral do todo a que pertencem (QUIJANO, 2010, p. 83).

O autor propõe, portanto, o conceito de *colonialidade do poder*,¹¹ que é “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” que subalterniza e classifica racial e etnicamente a população do mundo desde a Europa e cria um sistema quase orgânico de interações econômicas. Essa colonialidade tem sua origem na criação da América com a expansão europeia (QUIJANO, 2010, p. 73).

Nessa releitura da totalidade histórico-social proposta pelo pensamento europeu, o autor irá destacar que existem rupturas e descontinuidades dessa razão que distorcem a experiência real, mas não desconsidera integralmente a ideia (QUIJANO, 2010):

A resposta é que na existência societal as relações entre o todo e as partes são reais, mas necessariamente muito diferentes das que postula o eurocentrismo. Uma totalidade histórico-social é num campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. *Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São em relação ao conjunto do campo, da totalidade que constitui. Consequentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição histórica heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até uma singularidade.* Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente, conflituosa com a do conjunto (pp. 85-86, grifo nosso).

¹¹ Segundo Quijano (2010): “Desde o início do século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de *humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (p. 75).

Nesse sentido, Quijano (2010) admite que há uma interação das partes com o todo e que, portanto, podemos pensar num sistema. No entanto, essas partes também se constituem como totalidades se tomadas separadamente, uma vez que são influenciadas por ordens e conflitos internos e externos; a essa ideia o autor nomeará *totalidade heterogênea*, a qual representa as diversidades históricas de cada fragmento contrapondo-se à história universal.

A totalidade heterogênea pode ser associada à categoria *Formação Socioespacial* (FSE), proposta por Milton Santos (1977), que é definida pela sua dimensão econômica, social e espacial. Posto de outra maneira, esse autor compreende que o espaço geográfico é essencial para a existência e reprodução social, porque:

[...] diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1977, pp. 81-82).

Desse modo, a categoria de FSE expressa a organização espacial, portanto, geográfica, das formas, das estruturas produtiva e técnica criadas a partir de um modo de produção capitalista do qual o espaço geográfico é também instância social, pois:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação (SANTOS, 1977, p. 81).

Assim, a totalidade é o mundo que está concebido dentro de um sistema em que os fragmentos são interdependentes em maior ou menor grau. Dessa forma, cada FSE representa uma parte desse todo e é particular a cada sociedade, principalmente nas sociedades latino-americanas, antigas colônias, pois possuem organização espacial das formas produzidas e atuação de políticas internas e externas que são peculiares à sua constituição. Ao enfatizarmos essa condição de dependência e influência de forças distantes, compreendemos que a formação desses países também está atrelada a construção de um “espaço derivado”¹² (SANTOS, 2009) que se organiza e se reorganiza em “relação a interesses distantes: sua organização é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes” (SANTOS, 2009, p. 123).

¹² Sobre o conceito de espaço derivado, Santos (2009) assinala que: “a cada necessidade imposta pelo sistema em vigor [Capitalismo], a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais” (p. 123).

Vale ressaltar que as análises sobre FSE e sobre o sistema-mundo estão centradas numa perspectiva econômica, tanto para Santos como para Wallerstein, que tem início no século XVI. Nessa perspectiva, o tráfico transatlântico de negras/os escravizadas/os expressa a estratificação espacial promovida pela DIT em escala mundial.

Elegemos a categoria FSE, porque ela nos permite particularizar a questão negra na cidade de Buenos Aires com especificidade geográfica dada pela ocupação territorial pelas territorialidades negras na cidade no século XIX.

Sobre as relações raciais, Quijano (2010, p. 99) aponta que a ideia de “identidade ‘raciais’ não-europeias ou não-brancas” teve início com a colonialidade do poder, para o que a/o negra/o africana/o, além de ser vista/o como um produto, inserido na lógica das trocas, era igualmente *modus operandi*, isto é, força de trabalho escravizada, desse momento produtivo social. No entanto, além das grafias vinculadas à produção, devemos considerar também outras heranças materiais e imateriais que são desdobramentos da participação negra na construção do espaço geográfico portenho:

A racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo (QUIJANO, 2010, p. 99).

A racialização da sociedade apontada por Quijano (2010) pode ser verificada pelo apagamento das territorialidades negras e a expropriação do uso do espaço da cidade de Buenos Aires pela população negra. Esse processo teve início, no século XIX, com a reestruturação urbana de inspiração eugenista que ocasionou o desaparecimento de negras/os da paisagem bonaerense.

Buenos Aires Negra, Negra Buenos Aires

Considerada a *Paris* da América do Sul, a cidade de Buenos Aires foi idealizada segundo um planejamento urbano europeu do século XIX e se caracteriza, ainda hoje, como sendo a grande metrópole latino-americana da *Belle Époque* argentina¹³.

O ideário construído acerca dessa cidade é branco e hegemônico; há o predomínio de hábitos e costumes europeus e a circulação majoritária de sujeitos/as de ascendência europeia no espaço urbano, ainda que, a partir do século XX, novos fluxos migratórios de pessoas cabo-verdianas,

¹³ *Belle Époque* é uma expressão em francês que significa “Bela Época”. Representa um período inaugurado na França no século XIX e posteriormente em outros países da Europa de importante efervescência cultural e social, marcado por um novo modo de vida atrelado às artes, intelectualidades, cotidiano citadino e as transformações do espaço urbano (resgate da “cidade como obra”, com a construções de grandes edifícios e largas avenidas), tornando-se um modelo de sociedade civilizada e símbolo de progresso para os países latino-americanos.

bolivianas, peruanas, paraguaias e, mais recentemente, haitianas, congolezas e venezuelanas, sejam expressivos (OIM, 2012).

Essa construção ideológica e moderna de uma Buenos Aires europeia influi, sobretudo, na invisibilização histórica de determinados grupos sociais que compõe essa sociedade, dentre eles, a população negra; e exacerba, como bem assinala Controll (2007), a crença popular de que não houve negros e negras na Argentina e que, portanto, não há uma herança histórica, social, cultural e espacial dessa população. Historicamente a elite local de ascendência branca/eurocêntrica construiu um mito acerca da nacionalidade argentina, “formando assim um racismo *sui generis* que se desenvolve primordialmente pelo apagamento” (KEINDÉ; MELLO, 2020, p. 350). Andrews (1989) observa que:

“Negros, em Buenos Aires, não existe”. Isso é o que dizem os nativos da cidade, os portenhos, a seus visitantes, e assim parece. (...) Na verdade, um viajante que chega em Buenos Aires depois de passar por outros países da América Latina, não pode deixar de surpreender-se pelo aspecto europeu da população nesse ângulo do continente (p. 9, tradução nossa).

Ao recorrermos ao período colonial, no âmago do processo de formação da cidade de Buenos Aires, as informações oficiais sobre a quantidade de africanos e africanas que a habitaram são, de maneira geral, desconstruídas e imprecisas, assim como a entrada dessa população na cidade portuária¹⁴. Alguns autores/as como Amália Inês Geraiges Lemos (1996) e Emanuel da Veiga Garcia (1990), relatam que da atividade contrabandista no porto, ainda no período colonial, resulta o comércio ilegal de negros e negras escravizadas entre comerciantes do Rio de Janeiro e representantes *criollos*¹⁵ e clérigos. Posteriormente, no século XVIII, foi firmado um tratado entre a coroa espanhola e a Inglaterra, que permitiu aos britânicos, o comércio exclusivo de escravizados (GARCIA, 1990; LEMOS, 1996; FUENTES, 2011). Segundo Lutgardo García Fuentes (2011):

no início do século XVII (1608) os ingleses tentaram interferir no comércio das Índias e pretendiam realizá-lo legal ou ilegalmente. Esperavam que a Coroa espanhola os autorizasse levar escravos negros em navios [...] Em 1662 o cônsul da Inglaterra em Sevilha solicitou que lhe permitissem o comércio de açúcares, tabaco e escravos negros com as possessões das Índias. A embaixada inglesa pretendia abrir em toda costa do monopólio espanhol ao comércio inglês. [...] o grande passo, o que seria a grande vitória do ponto de vista da rivalidade comercial, foram os acordos do tratado de Utrecht, onde a Inglaterra consegue o “Asiento de Negros” (26-2-1713) (pp. 42-43, tradução nossa).

¹⁴ Nos últimos anos, importantes trabalhos como o de Andrews (1989), Schávelzon (2003), Garcia (1990) e outros, foram fundamentais na sistematização dessas informações. Ressaltamos, também que, a imprecisão desses dados está relacionada ao desinteresse do Estado em evidenciá-las. Isso porque, o projeto político nacional argentino baseia-se no modelo civilizatório europeu, assim, “o Estado Nacional argentino foi construído, ao longo do século XIX, através do mito eurocêntrico da superioridade branca e sob um viés de políticas de branqueamento populacional impostas pela elite nacional. Foi um processo que supervalorizava tudo o que se relacionava às matrizes culturais europeias, como a língua, a religião, as artes, entre outros aspectos” (KEINDÉ; MELLO, 2020, pp. 350-351).

¹⁵ Descendentes de espanhóis, nascidos na América. Em geral, pertenciam à classe dirigente da América hispânica, isto é, compunham a elite local.

Dessa forma, o Tratado de Utrecht realizado entre Espanha e Inglaterra, em 1712, concedeu a coroa britânica o privilégio de comercializar africanos/as à Buenos Aires. Abastecia o mercado de negros e negras e de manufaturados em troca de charque e outros produtos. Assim, “os negros começam a fazer parte da população portenha e em [17]75, numa carta do Vice-Rei à Coroa, informa que Buenos Aires há 3.000 vizinhos e 10.500 negros, num total de 19.900 habitantes” (LEMOS, 1996, p. 254). Essas informações, mesmo com a ausência de números precisos, apontam para a existência e presença negra na cidade.

Andrews (1989) elaborou um estudo detalhado sobre a existência e vivência dessa população na cidade bonaerense no período que data desde as décadas finais do século XVIII e todo o século XIX. Segundo o autor:

O censo da cidade de 1777 demonstrava que os negros e mulatos constituíam 30 por cento da população, 7.256 sobre um total de 24.363. Para 1838, a população de cor havia crescido 13.967, ainda que em termos relativos só dava conta de um quarto do total da cidade (ANDREWS, 1989, p. 10, tradução nossa).

Os primeiros Censos argentinos registram certas dissonâncias na categorização da população negra que é representada de distintas formas ao longo dos anos: *africanos, negros, escravos, mulatos, gente de color* ou *morenos*¹⁶. Posteriormente, uma espécie de hiato faz com que esses sujeitos “desapareçam” dos registros censitários da nação, ao longo do século XX, reafirmando a ideia de que não existem negros na Argentina (ARGENTINA, 1869). Essa concepção está de acordo com um sistema de “*classificação racial* que tem operado, durante grande parte do século XX, em direção a desaparecimento contínua dos negros na sociedade argentina e a um predomínio cada vez maior da branquitude portenha” (FRIGERIO, 2008, pp. 119-120, tradução nossa).

Dessa forma, encontramos nessa indefinição dos dados oficiais a invisibilização desses sujeitos, o que corrobora, inclusive, ao processo de marginalização sistemática da população negra na sociedade bonaerense, ao passo que nem sequer são contabilizados nos censos. Ações que são executadas em prol de uma supremacia branca¹⁷ que encontrava na herança europeia a ideia de um povo dito civilizado, evoluído, racional e inteligente. Assim:

O caráter branco vinculava-se ao progresso, ao desenvolvimento e à ordem, enquanto os componentes negros e indígenas, em oposição, representavam a barbárie e o atraso de um

¹⁶ Rafael Guerreiro Osório destaca que a classificação/categorização dos censos, que se constituem como um método de identificação racial, “é um procedimento estabelecido para a decisão do enquadramento dos indivíduos em grupos definidos pelas categorias de uma classificação, sejam estas manifestas ou latentes” (OSÓRIO, 2003, p. 7).

¹⁷ Supremacia branca é a ideologia fundamentada na crença de que sujeitos brancos são superiores as outras raças e, portanto, devem governar política, econômica e socialmente os não-brancos. Dessa forma, desenvolve um sistema de opressor-oprimido e a racialização de corpos não-brancos, sendo a criação do negro, parte desse processo. Paul Gilroy (2007) estabelece que existe também o “(...) pensamento racializante e raciológico, de um olhar racializado, de um pensar racializado e de um pensar racializado sobre o pensar” (p. 63).

povo supostamente pré-civilizado. Com efeito, a construção histórica do mito nacional argentino, fundamentada nas teorias científicas hegemônicas do final do século XIX e início do século XX, como o darwinismo social¹⁸ e o positivismo, embasou-se nos pressupostos racialistas e na ideia de hierarquização das raças (KEINDÉ; MELLO, 2020, p. 352).

Schávelzon (2003) assinala que, “para o início do século XIX cerca de 35% dos habitantes de Buenos Aires chegaram a ter essa origem [negra], gerando sua própria cultura, língua, costumes, religião e casas, sua música, arquitetura, vestimentas, bailes, alegrias e tristezas” (pp. 11-12, tradução nossa). Estima-se que ao menos duzentos mil africanos entraram na região do Prata pela cidade portuária. Dessa forma, com base nas “reconstruções simbólicas e materiais na diáspora” (GUIMARÃES, 2015, p. 2) e registros históricos, podemos pensar numa *Buenos Aires Negra*.

Posto isso, consideramos importante refletir sobre a entrada de africanos/as na cidade portuária de Buenos Aires. Um caminho para compreendermos esse processo é evidenciar a estrutura social argentina, através da sua formação socioespacial e, conseqüentemente a formação da cidade portenha.

Geo-grafias Negras da cidade de Buenos Aires

A vida cidadina de escravizadas/os urbanos apresentava uma particularidade, se comparada aos/às escravizados/as rurais ou de *Plantation*¹⁹, em relação a circulação e moradia no espaço urbano. Essa condição implicou na localização e até limitação dessa população em espaços específicos da cidade identificados como os antigos *barrios negros* ou *barrios del tambor*, local onde viviam e reproduziam sua vida social²⁰.

Com a abolição da escravatura no ano de 1861²¹, a população negra, representada principalmente por escravizados/as urbanos, passou por um processo de exclusão social, expropriação e segregação espacial. Submetida a essas condições, criou “territórios comunitários” – localizados em lugares específicos da cidade de Buenos Aires –, em que prevalecia a ajuda coletiva e onde o preço da terra era mais barato (GELER 2010).

¹⁸ Entende-se por darwinismo social, a teoria da seleção natural dos seres humanos, onde há a hierarquização social que classifica os povos superiores (que devem conduzir) e inferiores (que devem ser conduzidos, dominados). Essa ideologia dará origem ao pensamento civilizatório *versus* barbárie que justifica os violentos processos de colonização e o sistema escravagista.

¹⁹ Plantation era um modelo de produção agrícola utilizado em Américas no período colonial, baseado na monocultura cultivada em latifúndios.

²⁰ Sobre a condição de escravizada/o urbano/a Ynaê Lopes dos Santos (2012) irá analisar em sua tese as geografias “invisíveis” das cidades coloniais do Rio de Janeiro e Havana, controladas pelos senhores e pela própria sociedade, que impunham limites de trânsito às/os sujeitas/os escravizadas. Além disso, ressalta a dependência do sistema citadino dessas/es escravizadas/os profissionalizadas/os.

²¹ Embora a abolição da escravatura na Argentina data o ano de 1813, em Buenos Aires, ela acontece posteriormente, no ano de 1861, devido sua organização federalista.

Marcus Vinicius Pinheiro da Conceição (2004) observa que dadas as condições exploratórias que o/a negro/a escravizado/a vivia, “ser negro significava não pertencer ao espaço valorizado (...)” (p. 82), portanto, essas territorialidades estavam situadas em regiões mais desvalorizadas e marginalizadas, onde a grande maioria de africanos/as e seus descendentes se assentavam, como os bairros de San Telmo, Constitución e Monserrat²². Importante destacar também que no bairro do Retiro estava localizado o principal mercado de escravizados/as da cidade (**Figura 1**) (GELER 2010). A partir do levantamento bibliográfico de autores e autoras que abordam a temática negra/racial na Argentina, foi possível elaborarmos o mapa da cidade de Buenos Aires (**Figura 1**) na primeira metade do século XIX com os antigos bairros negros: Boca, Barracas, San Telmo, Constitución, San Cristóbal, Monserrat, San Nicolás, Balvanera e Retiro (ANDREWS, 1989; SCHÁVELZON 2003; GELER 2010).

²² Esses bairros eram conhecidos como “Barrios del Tambor” em menção aos bailes e músicas próprios desse grupo e ao candombe, ritmo musical de origem africana (GELER, p.73, 2010).

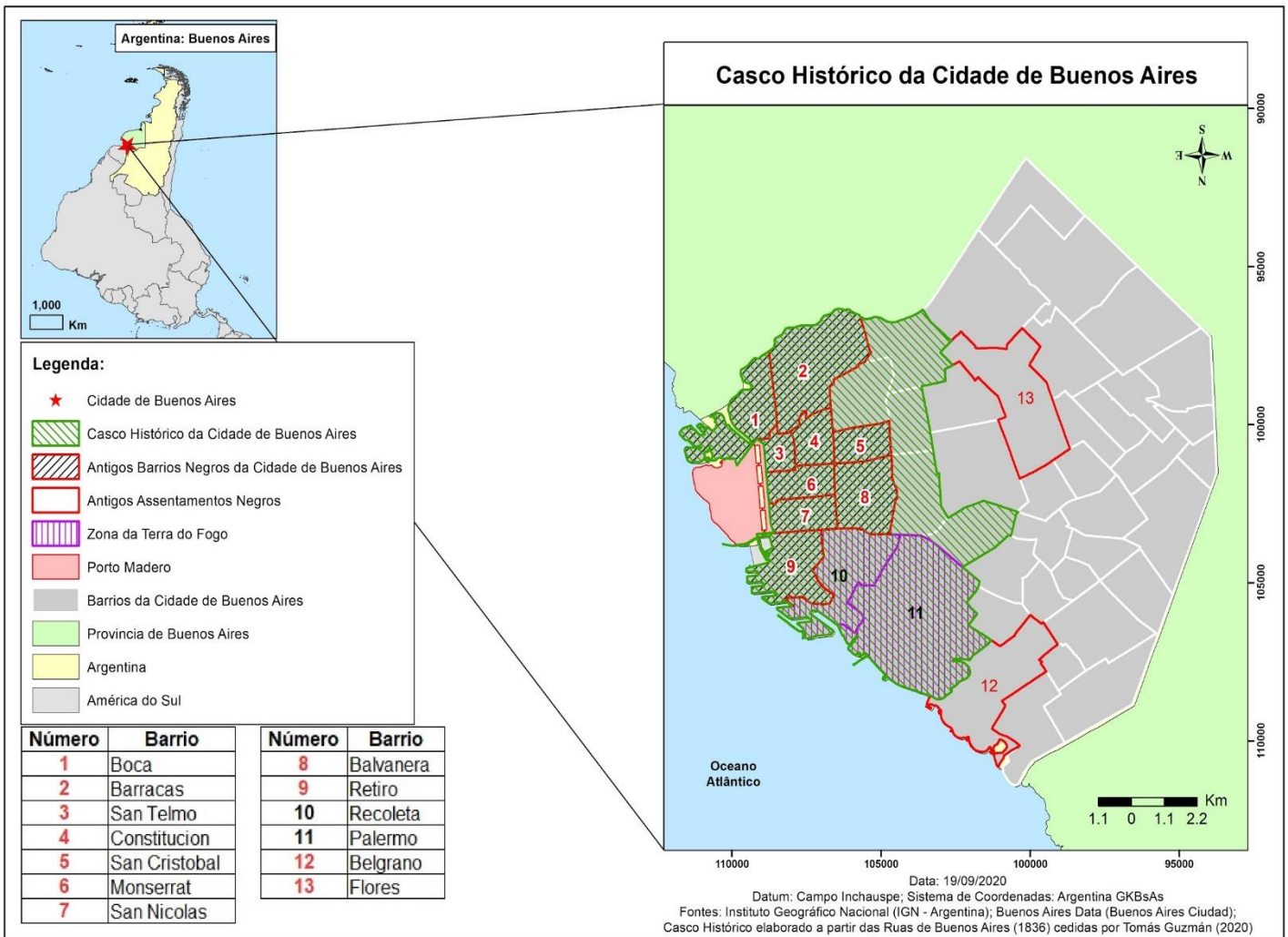


Figura 1: Casco Histórico²³ e antigos bairros negros da cidade de Buenos Aires. **Fonte:** Andrews (1989), Schávelzon (2003) e Geler (2010). Casco Histórico cedido e georreferenciado por Tomás Guzmán²⁴.

Como podemos observar, esses bairros estavam localizados na zona portuária de Buenos Aires, próximos ao Porto Madero, o que representa a ocupação inicial da cidade. Dessa forma, podemos concluir que esses antigos bairros negros fazem parte da história da formação da cidade de Buenos Aires e ocupavam uma grande área do que é hoje o Casco Histórico e, naquele tempo, a cidade bonaerense.

As zonas da cidade denominadas “Terra do Fogo” (**Figura 1**, 10 e 11) - alusão a um lugar extremamente distante -, representam os espaços até então marginalizados, onde prevalecia a presença de pessoas negras, pobres e socialmente excluídas, assim como os lugares de prostituição.

²³ Casco Histórico é a nomenclatura utilizada para localizar o que seria o “Centro Histórico” da cidade.

²⁴ Em seu artigo Guzmán (2012) utiliza-se da cartografia como ferramenta de análise espacial da distribuição econômica da cidade de Buenos Aires, junto a variável social.

No entanto, tais territorialidades se modificaram na segunda metade do século XIX, com a chegada massiva de novos imigrantes de origem espanhola, italiana e alemã. Assim, grande parte da população negra foi expropriada desses bairros e seguiram para zonas mais afastadas, como os atuais bairros Flores e Belgrano (**Figura 1**, bairros 12 e 13), que posteriormente foram incorporadas à cidade de Buenos Aires (GELER, 2010).

Nesse contexto, é importante destacar que os primeiros censos, mesmo que limitados e controversos, demonstram que na segunda metade do século XIX houve um aumento do número de pessoas “brancas” na cidade de Buenos Aires - categoria utilizada para referenciar sujeitos/as de origem europeia -, devido aos grandes fluxos migratórios registrados nesse período, primordial ao processo de branqueamento da população. Se por um lado observamos o aumento da população branca, por outro verificamos uma redução no número de pessoas de origem afro e a ausência de “índios o mestizos”, o que corrobora ao apagamento histórico desses grupos sociais. O período que registrou maior número de habitantes de origem africana na cidade portenha foi entre 1777 a 1810, quando, todavia, a abolição da escravidão não havia se consolidado, tampouco iniciado o processo de modernização de Buenos Aires (**Tabela 1**).

Ano	Blancos*	Indios o mestizos*	Afroargentinos*	No especificados*	Total	Porcentaje de afroargentinos*
1778	16.023	1.104	7.235	-	24.363	29,7
1806	15.078	347	6.650	3.329	25.404	30,1
1810	22.793	150	9.615	-	32.558	29,5
1822	40.616	1.115	13.685	-	55.416	24,7
1827	34.067	152	8.321	-	42.540	19,5
1836	42.445	-	14.906	6.684	63.035	26
1838	42.312	-	14.928	5.717	62.957	26,1
1887	425.370	-	8.005	-	433.375	1,8

*denominação original

Tabela 1: Resultados de oito censos da cidade de Buenos Aires, 1778-1887. Adaptado de Andrews (1989, p. 81).

A chegada desses/as novos/as imigrantes de origem europeia, desejados/as pela elite local, concomitante ao projeto de modernização e ao novo planejamento urbano que ocorreu nos importantes centros urbanos da América Latina no final do século XIX, inclusive em Buenos Aires, propunha um distanciamento da cidade colonial e foi processo fundamental de marginalização e apagamento da(s) geo-grafia(s) negra(s) na cidade.

Nesse contexto, os antigos bairros negros passaram por transformações espaciais; alguns tornaram-se bairros turísticos, como é o caso de San Telmo e Boca²⁵; e o atual bairro Palermo - que outrora pertencia a antiga “Terra do fogo”, local de residência dos/as sujeitos/as socialmente marginalizados -, é ocupado pela classe média portenha.

É de suma importância destacar o impacto do pensamento e das políticas higienistas presentes no processo de modernização da cidade de Buenos Aires que contribuíram para invisibilizar a memória negra com a criação de novas memórias e histórias, inclusive oficiais,²⁶ para suprir o interesse de um Projeto Político Nacional branco-centrado.

Para não concluir...

É importante prosseguir com pesquisas que valorizam narrativas plurais, que nos encaminhem para a construção de diversas perspectivas do espaço geográfico. A Geografia também nos serve para compreender a pluralidade das grafias e os apagamentos históricos-geográficos.

O levantamento e a localização dos antigos bairros negros representam a importância da população negra no processo de formação e na estruturação não só de Buenos Aires, mas também da sociedade argentina. Igualmente nos sinaliza a gradual marginalização/expropriação de negros/as no espaço urbano bonaerense, por meio de três principais processos: 1) crescimento da cidade, 2) chegada massiva de novos/as imigrantes e 3) modernização/transformação do espaço urbano da cidade.

A memória da população negra na cidade de Buenos Aires foi sobreposta pelo ideário branco e europeu ao ponto de não identificarmos, num primeiro olhar, elementos materiais e imateriais que se remetam à africanos/as na paisagem urbana.

A criação de um imaginário eurocentrado e a ausência de dados oficiais e históricos - que registrem, qualifiquem e quantifiquem a presença de africanos e africanas na cidade de Buenos Aires e no país - corroborou para a subalternização das geo-grafias e narrativas negras da cidade portenha. Entretanto, reconhecemos que essas memórias não foram apagadas e sim, sobrepostas e invisibilizadas. Portanto, é necessário buscar e evidenciar essas narrativas para que possamos re-escrever nossas histórias – e a história de nossos ancestrais diaspóricos -, para a construção de um pensamento afro latino-americano.

²⁵ San Telmo é considerado o berço do tango e no Boca está localizado o *Caminito*, principal ponto turístico da cidade com os *conventillos* (cortiços) que, segundo a história oficial, datam a chegada de imigrantes europeus, principalmente italianos.

²⁶ O famoso *Caminito*, ponto turístico localizado no bairro Boca, conta a história da classe operária italiana, sem, todavia, citar que anterior a chegada desses imigrantes, era um bairro negro.

Referências

ANDREWS, George Reid. **Los Afroargentinos de Buenos Aires**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor S.R.L., 1989.

ARGENTINA. **Primer Censo de la República Argentina**, 1869.

BENEDETTI, Amanda Cristina. **“Eu vi os menor pegando em arma, pois ceis foram silenciadores”**: tgi-manifesto contra o epistemicídio e genocídio preto na geografia da usp. 2019. 55f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia. São Paulo, 2019.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius Pinheiro da. **Rugosidades étnicas e a espacialidade do preconceito racial**. 2004. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

CONTROL, Robert J. “Beyond Invisibility. Afro-Argentine in Their Nation’s Culture and Memory”. In: **Latin American Research Review**, Vol. 42, No. 1, pp. 139-156, February 2007.

FRIGERIO, Alejandro. “De la desaparición de los negros a la reaparición de los afrodescendientes: comprendiendo las políticas de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en Argentina”. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina : herencia, presencia y visiones del otro**. Córdoba, Buenos Aires: CLACSO, 2008.

FUENTES, Lutgardo García. “El tráfico de negros hacia América”. In: **Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica : ensayos y monografías**. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2011. Disponível em: <http://www.larramendi.es/es/consulta/registro.do?control=FIL20090007369>. Acesso em: abril de 2020.

GARCIA, Emanuel da Veiga. **As duas Argentinas**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GELER, Lea. **Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y Nación. Argentina a fines del siglo XIX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. Annablume: São Paulo, 2007.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, No 92/93 (jan/jun). 1988, p. 69-82.

GROSGOUEL, Ramón. “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. In: **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 31, Número 1, janeiro/abril, 2016.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. 352 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Salvador, 2015.

GUZMÁN, Tomás. “El plano de una ciudad desigual. La distribución espacial de la riqueza em la ciudad de Buenos Aires en 1839”. In: **Quinto Sol**, Vol. 16, No 1, enero-junio 2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Rebecca Sovik, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KEINDÉ, Wlange; MELLO, Vitor Rebello Ramos. “Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência”. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 019/fev. 2020.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Modernidade e metrópoles Latino-Americanas. Rio de Janeiro e Buenos Aires**. f. 371, 1996. Tese apresentada ao departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Livre-Docência. São Paulo, 1996.

_____. “Em busca de uma Geografia Latino-Americana Crítica ou por uma Geografia Mestiça”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p. 112-119, 2018.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENESES, Maria Paula. “Epistemologias do Sul”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Trad. JAWERBAUM, Silvia; BARBA, Julieta. Barcelona: Editorail Gedisa, 2007.

OIM - Organización Internacional para las Migraciones. **Panorama Migratorio de América del Sur**. Oficina Regional para América del Sur. Buenos Aires, 2012. Disponível em: https://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/pbn/docs/Panorama_Migratorio_de_America_del_Sur_2012.pdf. Acesso em: abril de 2020.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília, novembro de 2003.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: julho de 2020.

_____. _____. "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. "Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método" In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, junho, 1977.

_____. "O papel ativo da Geografia: um manifesto". In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, nº 9, jul/dez, 2000.

_____. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**

. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. 325f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHÁVELZON, Daniel. **Buenos Aires negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada**. Buenos Aires: Emené, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. trad. Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

WALKER, Sheila S. "Recolocando los pedazos de Osiris/Recomponiendo el rompecabezas. La diáspora africana en la América del Sur hispanohablante". In: WALKER, Sheila S. (org). **Conocimiento desde adentro: los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2012.